

A revista *A Defesa Nacional* e o debate militar durante a Primeira Guerra Mundial

Julio Cezar Fidalgo Zary¹

Sérgio Ricardo Reis Matos²

Introdução

O Brasil declarou neutralidade assim que eclodiu a guerra na Europa, em 1914, por meio do Decreto nº 11.037, de quatro de agosto, mantendo tal condição por cerca de três anos, a despeito da forte propaganda realizada tanto pelos aliados, principalmente franceses, quanto pelos alemães.

O país somente anulou a referida neutralidade a partir do momento em que rompeu as relações diplomáticas com a Alemanha, em abril de 1917, após navios da Marinha Mercante brasileira terem sido afundados por submarinos das potências centrais. Tal fato afetou ainda mais a já combatida economia brasileira, fortemente dependente da exportação do café pela via marítima. A eclosão da guerra diminuiu a presença do referido produto na pauta de exportações brasileiras, que era de 40,1% em 1910, para 15,1%, em 1914 (ALBERT, 1988).

A declaração de guerra pelos Estados Unidos da América contra a Alemanha foi fator potencializador para a entrada do Brasil na guerra, mas não foi determinante, apesar da

propagação do ideário da Doutrina Monroe no continente. Outros fatores influenciaram na tomada de decisão, especialmente o comércio exterior e a falta de uma estratégia nacional.

As publicações de assuntos militares não estavam alheias ao debate sobre qual lado o Brasil deveria se aliar, entre elas a Revista *A Defesa Nacional*. A primeira edição da revista foi de outubro de 1913, sendo publicada no Rio de Janeiro e distribuída em todo o território nacional. O editorial dessa primeira edição deixou claro que a verdadeira alma do Exército era a necessidade de se ter uma doutrina uniforme e única, não mencionando se fosse importada ou genuinamente nacional.

Diante do exposto, o objetivo central deste trabalho é analisar o debate militar brasileiro, na revista *A Defesa Nacional*, sobre a participação na I Guerra e as influências das Grandes Potências na modernização do Exército, segundo os modelos europeus.

O Mundo na Década de 1910

Após o término da Guerra Franco-Prussiana, em 1871, surgiu um movimen-

¹ Oficial de infantaria e estado-maior. Pós-Graduado stricto sensu Ciência da Motricidade Humana, pela Universidade Castelo Branco (UCB), Rio de Janeiro, RJ. Atualmente serve no Comando Militar do Leste.

² Oficial de infantaria e estado-maior. Mestre em Relaciones Internacionales e Integración, pela Universidad Mayor de San Andrés, La Paz, Bolívia. Atualmente serve no Comando da 1ª Divisão de Exército.

to que culminou na ascensão da identidade alemã, o qual Chéradame (1917) identificou como Plano Pangermânico. Tal Plano pautava pelo estabelecimento de uma grande confederação na Europa, com a submissão da Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Polônia, Rússia, Províncias Bálticas, Estônia, Livônia, Curlândia, Áustria e Hungria, totalizando uma área de 4.015.146km².

Chéradame (1917) também apontava que o Brasil, apesar de não ser parte integrante daquele Plano, era especialmente cobiçado pela Alemanha, pois uma parte considerável dos alemães residentes fora da Europa estava concentrada nos três estados da Região Sul do Brasil. A colônia alemã no Brasil foi estabelecida ainda durante o Primeiro Reinado, a partir de 1824, e foi justamente para onde a Alemanha reservara quantias expressivas para o recrutamento do pessoal das escolas alemães existentes naqueles Estados. Para Pires (2011), o “perigo alemão”, no Brasil, localizava-se estritamente na Região Sul.

O barão de Rio Branco, o qual era comparado a Bismarck pelos germanófilos (SANTOS, 1931), com base no repertório de juridicismo latino-americano, procurou evitar a eclosão de conflitos na América do Sul, apesar das características então mercuriais das relações Argentina-Brasil. Por mais que fosse uma nova diplomacia, ela não estava estanque ao contexto internacional.

Para Rio Branco, era “justamente a ausência de recursos de poder, em escala adequada”, que indicava “o acerto da busca da resolução pacífica dos conflitos” (ALSINA JÚNIOR, 2009, p. 182). Logo, vendo que o poder militar seria a outra face da proje-

ção externa realizada pela via diplomática, o chanceler Rio Branco buscou reequipar a modernizar o Exército Brasileiro.

A aproximação da Alemanha, durante o início do século XX, com as Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente alguns anos antes do rompimento da guerra, ainda em 1906, quando ocorreu a explosão do couraçado brasileiro *Aquidaban*. Naquele momento, o imperador alemão enviou suas condolências diretamente ao ministro da Marinha e ao presidente do Brasil, por meio de um telegrama.

Ao mesmo tempo em que a Alemanha fortalecia os laços com a Força Naval brasileira, tentava estabelecer contato com o Exército Brasileiro, que, em 1910, passava por intenso debate sobre a vinda de uma grande missão militar estrangeira para modernizar sua organização, direção e instrução.

O senador Gabriel Salgado dos Santos expunha diversas ideias, em forma de artigos, tentando direcionar o governo e o pensamento militar brasileiro para que se decidisse pela contratação da Alemanha para a referida missão. Entre elas, ele defendia que a decisão tomada pela contratação da mesma era acertada, porque tudo o que os alemães empreendem ou realizam tem a consagração do tempo, tendendo à perfeição.

Ainda se deve salientar que a influência alemã no Exército Brasileiro apresentava-se em uma atitude crescente, haja vista que jovens oficiais eram enviados do Brasil para servirem arregimentados no Exército alemão. Três turmas de oficiais, totalizando 32 homens, estagiaram, por dois anos consecutivos, naquele exército, entre os anos de 1906 e 1910 (CARVALHO, 1977).

Um dos resultados do envio desses oficiais à Alemanha, conhecidos posteriormente como jovens turcos², foi a fundação, por aqueles, da revista *A Defesa Nacional*, destinada a assuntos militares de interesse do Exército e que defendia o ponto de vista de que a grande missão militar estrangeira para o Brasil deveria ser alemã.

Paralelamente, o Governo francês também iniciava, em 1905, a aproximação militar com o Brasil, por meio da contratação da Missão Militar Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo. Em 1908, os primeiros sucessos daquela missão já eram percebidos, e a França procurou influenciar, então, o Exército Brasileiro, apesar de todo o esforço contrário dos jovens oficiais germanófilos. Ainda, os franceses enviaram uma missão veterinária militar, com a finalidade de estudar a situação da cavalaria do Exército. Porém, nenhuma delas angariou resultados contundentes até o final da guerra.

A participação do Brasil na Guerra, ao lado dos aliados, certamente influenciou na escolha pela Missão Militar Francesa, que acabou funcionando a partir de 1920. A escolha pela França é justificada, entre outros motivos, pela derrota da Alemanha na Primeira Guerra, sendo certamente a França escolhida por tê-la vencido, ao lado dos demais aliados.

Contudo, os motivos da escolha pela missão militar francesa encontram-se ligados a outros fatores. De fato, não apenas a vitória militar francesa persuadiu a escolha brasileira, mas, também, as pressões econômicas e políticas, tanto de franceses, quanto de ingleses.

***A Defesa Nacional* – (1913-1919)**

A revista *A Defesa Nacional* teve o seu primeiro número datado de 10 de outubro de 1913, no espaço temporal entre o surgimento dos “jovens turcos” e a eclosão da Primeira Guerra Mundial. O corpo de editores da revista era composto, inicialmente, pelos tenentes do Exército Bertholdo Klingger, Estevão Leitão de Carvalho e Joaquim de Souza Reis, mas a revista continha artigos escritos também por outros tenentes, além de capitães e, em menor número, majores.

Em comum, os três tenentes, bem como uma boa parte dos outros autores, fizeram parte das missões brasileiras de instrução no grande exército imperial alemão, o que torna fácil a percepção de qual era o tipo de influência que dominaria a revista até a entrada do Brasil na guerra. Portanto, a revista apresentava invariavelmente textos elaborados sobre a teoria clausewitziana, com argumentos baseados na obra *Da Guerra*, com ideias eminentemente calcadas na ofensiva, a qual deveria ser implantada durante a modernização do Exército Brasileiro.

O escopo da revista apareceu logo no primeiro editorial:

colaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quais repousa a defesa do vasto patrimônio territorial que os nossos antepassados nos legaram...

De fato, apesar de ser uma revista que apresentava, frequentemente, a superioridade militar alemã, também continha artigos sobre o exército francês, japonês, inglês, en-

tre outros, mesmo que traduzidos de revistas militares da própria Alemanha, como a *Militär-Wochenblatt*.

Os autores não se limitavam a escrever sobre os longínquos exércitos europeus, mas também sobre a situação de exércitos dos países do entorno brasileiro, como os da Argentina e do Chile, tornando notável a preocupação da jovem oficialidade com a situação brasileira na América do Sul.

Os assuntos mais comumente encontrados na revista eram os seguintes: questões de artilharia, táticas de infantaria, patrulhas de cavalaria, assuntos de instrução individual básica (orientação, avaliação de distâncias), técnica de tiro e de material, trabalhos de sapadores da engenharia, e até mesmo assuntos administrativos. Tal fato demonstra que o interesse da revista abarcava aspectos em que o Exército Brasileiro era deficiente, operacionais e administrativos, e que as soluções poderiam ser encontradas, na maior parte das vezes, no exemplo militar alemão.

Além de fazer analogias com exércitos estrangeiros, a revista também abordava problemas inerentes à situação exclusiva do Exército Brasileiro, não com a finalidade de apontar culpados, mas para servir, inclusive, de fonte de consulta e como canal de debate entre a jovem oficialidade. É interessante notar que, apesar de a maioria dos autores ser de tenentes, alguns assuntos abordados eram, em tese, de níveis mais elevados, sendo de interesse para todas as Forças Armadas ou para a própria Nação brasileira. Como exemplo, diversos artigos discutiram e trouxeram à tona problemas atinentes à compra dos fuzis Mauser M 908, vindos da Alemanha.

A compra dos fuzis M 908 foi realizada em 1909, e os mesmos, em 1914, ainda não tinham sido distribuídos à tropa. Durante aquele íterim, um dos maiores pontos de discussão foi a vida útil do cano das armas, que supostamente seria cerca de 50% inferior à do material inicialmente testado na Europa (CASTRO E SILVA, 1914b). A distribuição do fuzil Mauser é apenas um exemplo da morosidade que Exército Brasileiro tinha em resolver seus problemas internos, desde a parte administrativa, e que demonstrava a dualidade existente entre militares francófilos e germanófilos no interior da Força.

Problemas extrínsecos ao Exército, mas que o afetavam igualmente, também começaram a ser discutidos na revista. Como exemplo, o exemplar Nr 5 apresentou um arrazoado sobre a Lei do Serviço Militar de 1908 e a responsabilidade de todos os brasileiros, especialmente dos políticos, pelo enfraquecimento do Exército, deixando-o como um instrumento insuficiente de ataque e de defesa, quando a Nação estivesse em perigo (CASTRO AYRES, 1914).

Aquele mesmo exemplar trouxe um artigo extenso, denominado *O Exército alemão — os elementos de sua força*, exaltando todas as características de uma organização prussiana que poderia ser modelo para o Exército Brasileiro, pois servira como sustentáculo para a unificação alemã e, no caso de uma guerra, seria o ponto de apoio de toda a nação alemã (REIS, 1914).

O ponto de vista não germanófilo, apesar de menos efusivo, também era mostrado na revista, inclusive tendo trabalhos redigidos pelos mesmos autores. Artigos sobre manobras francesas ou das características da

moderna tática francesa eram apresentados, mesmo que para demonstrar suas fragilidades. Paradoxalmente, uma das seções da revista, denominada de “Livros Novos”, a qual apresentava as novidades sobre a literatura militar, frequentemente tinha maior quantidade de títulos franceses do que alemães.

A receptividade da revista pela jovem oficialidade do Exército pode ser observada, primeiramente, pelo fato do aumento do corpo editorial da revista (grupo mantenedor) de três para doze oficiais, a partir de 10 de maio de 1914 (edição Nr 8), ou seja, em menos de um ano de existência da revista. Em segundo lugar, na edição seguinte (edição Nr 9), a revista passou a ter representantes em diversas unidades, sendo a maioria no Rio de Janeiro, mas diversas outras fora da capital.

Naquele mesmo período, o editorial da edição Nr 8 falou sobre a possibilidade da vinda de uma missão militar francesa para instruir o Exército Brasileiro, tendo em vista o sucesso da missão do mesmo país com a Polícia Militar de São Paulo. O texto credita a vontade de se ter uma missão francesa aos advogados administrativos, organizadores de sindicatos, agenciadores de empréstimos e outras personalidades do mundo dos negócios, para quem era profundamente indiferente à sorte do Exército.

Para os autores da revista, a transformação pela qual passava o Exército francês era, na verdade, um tipo de “germanização”, uma adaptação às técnicas e táticas desenvolvidas pelos alemães e copiadas pelos franceses. Dessa forma, os editores perguntavam: porque ainda se hesitava entre a fonte original dos maiores progressos militares (alemã)

e a sua cópia tímida e imprecisa (francesa), quando se pensava na vinda de oficiais estrangeiros para ensinar aos brasileiros a moderna arte da guerra? Está é uma pergunta que deixa, novamente, inequívoca a vocação germanófila da revista.

Nem mesmo o exercício dos reservistas alemães de 1914 escapou ao editorial da revista. O artigo demonstrou como os alemães prepararam as suas reservas humanas para uma eventual guerra (que naquele momento ainda não tinha começado), sendo convocados praticamente todos os corpos de exército para o exercício. No próprio artigo, foi descrito que o número de reservistas chamados em 1914 foi aumentado, significativamente, em relação ao ano anterior (KLINGER; CARVALHO; REIS, 1914a, p. 369).

O editorial da revista Nr 12, de 10 de setembro de 1914, comentou sobre a eclosão da guerra que, àquela altura, assolava toda a Europa, sem citar em que lado o Brasil deveria se posicionar naquele momento. Porém, os autores avocaram para si o despertar da consciência da nação e indicar-lhe o futuro que o destino lhe oferecia. Uma das saídas sugeridas por eles, de forma a que se ultimasse o preparo do Exército Brasileiro para uma guerra fortuita, era a adoção do serviço militar obrigatório, a exemplo do que já acontecia com a vizinha Argentina.

Na edição seguinte, de 10 de outubro, a revista pareceu atingir o círculo hierárquico mais alto do Exército, não se restringindo apenas ao dos oficiais subalternos e intermediários, pois um dos colaboradores foi o general Caetano de Farias, o qual foi nomeado ministro da Guerra no mês seguinte. Outros oficiais-generais e superiores participaram

do editorial daquele número, tais como general Tito Escobar e o coronel Tasso Fragoço, inclusive doutores como J.B. Muniz de Aragão, denotando que a revista, a partir de então, tinha artigos elaborados também por militares que não tinham participado da missão na Alemanha, mas que comungavam dos mesmos ideais que os editores originais.

A eclosão da guerra não entrou no escopo da revista instantaneamente. Naquele momento, tanto o Exército Brasileiro quanto o corpo editorial da revista estavam mais concentrados no combate contra os “fanáticos” da região do Contestado, no sul do país. Nos números seguintes, diversos artigos foram redigidos sobre a referida campanha, incluindo lições aprendidas, ferimentos de campanha e pensão de familiares. Em nenhum momento a revista inclinou seus pensamentos em solidariedade para com a Alemanha, tampouco com a França.

Praticamente um ano após a eclosão da guerra, Klinger, Lima e Silva e Cavalcanti (1915a), comentaram sobre a invasão da Alemanha à Bélgica, até então um país neutro, sem nenhuma nota desabonadora ao país invasor. O objetivo deles era traçar um paralelo entre a Bélgica — que adiará várias vezes a admissão do serviço militar obrigatório e cujo exército, no momento da invasão, estava em plena reorganização militar — e o Brasil, que tinha sucessivos atrasos na mudança do serviço militar por sorteio ao voluntariado ou obrigatório, ideia fortemente defendida pelo editorial da revista. Há de se notar que a Bélgica recebeu a alcunha de país pacifista pelos autores mas, mesmo países pacifistas não necessariamente deveriam ser países despreparados para a guer-

ra, como o fora a Bélgica e como ainda era o Brasil, na visão dos mesmos.

Ainda, no mesmo texto, os autores afirmaram que diversos navios de países beligerantes exerciam atos de soberania em águas territoriais brasileiras (eles se referiam aos navios aliados), ao mesmo tempo em que chegavam notícias de Londres sobre a prepotência inglesa em interferir nas exportações brasileiras, demonstrando que os jovens oficiais estavam assumindo posições antialiadados em assuntos que, diretamente, não eram de seu interesse profissional e nem faziam parte do escopo original da revista.

Apesar do ataque ao governo inglês, Cavalcanti (1915) elogiou a eficiência do recrutamento daquele país durante os 10 primeiros meses da guerra, mesmo não tendo entrado em vigor o serviço militar obrigatório, mas o sistema de voluntariado, diferentemente do que era pretendido no Brasil. O artigo não tinha a finalidade de exaltar algum tipo de sucesso de um real inimigo dos alemães, mas apenas exemplificar um meio de se obter a mudança na lei do serviço militar brasileiro, que ainda dependia de sorteio.

Klinger, Lima e Silva e Cavalcanti (1915c), na edição 26, compararam a adoção do serviço militar obrigatório na Alemanha com a não adoção na Inglaterra. Como conclusão, os autores descreveram que o serviço militar obrigatório transforma o homem, deixando-o em melhores condições para atuar pelo país em qualquer ramo, mesmo na indústria, deixando clara a intenção em transformar o serviço militar brasileiro em obrigatório, como realizado na Alemanha, às vésperas da guerra.

Na edição seguinte, Castro Ayres (1915) apontou como defensores da adoção do serviço militar obrigatório no Brasil algumas ilustres figuras: Nilo Peçanha (ex-presidente do país), Pandiá Calógeras (então ministro da agricultura, comércio e indústria) e Olavo Bilac (famoso republicano e nacionalista), homens importantes no cenário nacional e que tinham condições de influenciar na adoção da medida tão almejada pelos autores da revista, em prol do Exército e do Brasil.

Novamente, sobre a Nação brasileira, em relação ao conflito, a edição 18, de 10 de março de 1915, trouxe a informação de que o pacifismo é uma qualidade militar — lembrando o art. 88 da constituição promulgada em 1891: “Os Estados Unidos do Brazil, em caso algum, se empenharão em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em aliança com outra nação” [*ipsis literis*]. Logo, apesar de os editores defenderem a doutrina alemã, bem como outras ideias, os mesmos não comungavam com o ideário expansionista do plano Pangermânico.

A edição comentou, ainda, que a referida constituição era fundamentalmente pacifista, portanto o soldado brasileiro, em obediência ao art. 14 da mesma, não poderia deixar de ser pacifista em seu espírito e nas manifestações da sua atividade, quer pelo pensamento, quer pela palavra, quer pela ação. É um tanto paradoxal a propagação das palavras acima, pois os autores da revista, por algumas vezes, deram provas de que discordavam sobre as “manifestações da sua atividade pelo pensamento” ao escrever, peremptoriamente, em favor dos assuntos alemães.

Retornando aos assuntos internos, Castro e Silva (1914a) comentou sobre a Lei de 4 de janeiro de 1908, que tratava do serviço militar por sorteio. Segundo a Lei, o efetivo do Exército, em 1910, era de 18.624 homens. Com a eclosão da guerra, em 1914, o efetivo subiu para 25.000, e estava previsto para 1915 o aumento para 31.000 homens. Mesmo com a elevação dos efetivos, permanecia o mesmo dilema do exército: ou seria posta em execução a lei do serviço militar obrigatório ou nunca poderia o exército ser instruído e preparado para a guerra. O autor comentou ainda que, ao se passar da paz para a guerra, nenhuma unidade de linha deveria receber mais de 50% do seu efetivo em recrutas, ou seja, defendendo um mínimo de efetivo de exército profissional para unidades combatentes (de 1ª linha).

No número seguinte, os mesmos autores debateram sobre a conferência realizada pelo *Jornal do Commercio*, em 11 de agosto de 1915. Entre outras ideias, disseram que, se as nações aliadas oferecessem ao Brasil lições dignas de interesse, era mister salientar que estas se revestiam sempre em caráter de improvisação, o que só seria exequível em nações de grandes riquezas acumuladas e de indústria muito desenvolvida, que obviamente não era o caso do Brasil.

Nota-se no texto que os autores, mesmo ocorrendo diversas vitórias aliadas na campanha, mantinham a ideia da superioridade do Exército alemão e de sua doutrina, e as derrotas porventura ocorridas seriam exclusivamente devidas à superioridade material/industrial aliada, ou seja, mesmo que a Alemanha perdesse a guerra, o Exército Brasileiro deveria mantê-lo como padrão a

ser perseguido em sua futura modernização, indubitavelmente.

Em abril de 1916, novamente o editorial da revista voltava a comentar sobre assuntos alheios ao escopo original da revista, quando o governo brasileiro passou a “conceber esta incomensurável ideia da requisição dos navios alemães refugiados em nossos portos” (TABORDA; COSTA; FIGUEIREDO, 1916).

Sobre o tema, assim se posicionaram os autores:

...ausencia de bom senso aliada á mais crassa ignorancia da situação brasileira, ou se a falta de cerimonia com que os pregoeiros da paz universal e defensores de todas as liberdades (?) aconselham a prática de uma acção deshonesta e impatriótica como sendo obra meritórica [*ipsis literis*].

No texto acima, definitivamente nota-se que a germanofilia passou a transcender os assuntos militares na revista, o que tornava seus membros não apenas defensores da adoção da doutrina militar alemã no Exército Brasileiro, mas também defensores de quaisquer assuntos relativos à Alemanha no Brasil, mesmo a despeito da entrada de Portugal na guerra, país historicamente considerado habitado por irmãos e amigos dos brasileiros, segundo os próprios autores.

Corroborando com a assertiva acima, seguem as palavras finais do editorial:

[...] desafiar a inimidade da Allemanha victoriosa, ou temporariamente vencida, seria uma insanía, e praticar esse acto por suppol-a derrotada, esphacelada e extinta, além de ser estúpido, seria uma covardia [*ipsis literis*].

Voltando as atenções para a reorganização do Exército, no editorial da edição 14, Klinger, Carvalho e Reis (1914b) disseram que era preferível diminuir o número das unidades até então existentes, encostando às que ficassem os oficiais das que se viessem a dissolver, mas dando àquelas uma organização capaz, pelo número de soldados, de favorecer a instrução com segurança de êxito. Então, além de insistir na adoção do serviço militar obrigatório, os editores da revista tentaram começar a influenciar na redução do Exército, tornando-o mais profissional e apto como instrumento de guerra.

No terceiro ano de existência da revista, os assuntos mais comuns encontrados em suas páginas foram: cavalo de guerra (utilização do cavalo como instrumento de guerra), aspectos de saúde da campanha do Contestado e observações colhidas nas operações da coluna Sul, bem como a adoção da Escola de Aplicações para Oficiais Superiores. Até àquela altura da guerra, ainda nenhuma menção havia sido feita pela revista em relação às operações militares ocorridas no Velho Continente.

A referida situação mudou em março de 1916, quando Hautz publicou a tradução da revista *la guerra europea*, Nr 78, a qual comentava sobre o marechal Hindenburgo e sua batalha na Masuria, ocorrida de sete a quinze de fevereiro de 1915. Naquele trabalho, o autor não transpareceu o lado germanófilo da revista, limitando-se a descrever as operações ocorridas, em três edições distintas da revista.

Rodrigues (1916), ao publicar o artigo *Para quem apellar?* mostra o ponto de corte do editorial da revista, quando claramente

passa a apoiar a Alemanha na guerra, e não apenas os assuntos relativos à Alemanha no Brasil:

É chegado o momento em que não mais posso dominar a indignação que a mim, como aos verdadeiros patriotas, tem causado uma serie de factos dos quaes cada um é um legítimo atentado contra a nossa soberania e uma cabal prova de falta de consideração para com a nação brasileira.

De fato, o artigo não comentava diretamente o apoio à Alemanha, mas o fazia indiretamente, ao atacar aqueles que defendiam os franceses, dando o exemplo daquele país antes da guerra, onde o exército era insultado e aviltado e que, depois da eclosão do conflito, esperava-se dele que fosse um modelo de disciplina e de bravura, um ímã de glórias. Claramente, os autores quiseram traçar um paralelo daquela situação com a similar, ocorrida no Brasil.

O autor fazia alusões aos francófilos, que contribuíam diariamente para a desordem interna do Brasil, trabalhando sem cessar para o falseamento das leis do país, não tendo nenhum interesse pelas coisas nacionais. Naquele momento, além de fazer alusão aos feitos do Exército alemão, bem como defender o ponto de vista germânico nos assuntos brasileiros, a revista deu mais um passo em direção ao interesse dos defensores daquele país: passou a se dirigir contra aqueles que defendiam a causa aliada, especialmente a francesa.

A partir da edição Nr 37, a revista atingira, segundo seu editorial, o quarto ano de “campanha em prol do erguimento profissional do Exército Brasileiro e da eclosão

definitiva da nação armada do Brasil”. Em nenhum momento a revista apontava, diretamente, que tinha como objetivo a germanização da força terrestre, mas o fazia indiretamente antes e, mesmo, durante a guerra, ao querer adotar o modelo alemão para a modernização da mesma.

Em abril, Costa, Rodrigues e Reis (1917a) escreveram que, por mais que o Brasil quisesse manter-se alheio à conflagração europeia, observando a mais estrita neutralidade, apesar de uma certa corrente de opinião — aliás, suspeita —, que insistentemente pregava a necessidade de envolver o país na luta, a evolução dos acontecimentos colidiu com os interesses morais e materiais de tal forma que o Brasil se via na contingência de dar um gravíssimo passo, que era a entrada na guerra.

Dois números após, os mesmos autores procuraram mudar um pouco o foco do editorial da revista, inferindo que o Brasil não iria entrar na guerra ao lado das potências sem deixar de preparar o seu Exército Nacional. Ainda, os autores incriminavam os políticos que procuravam isolar o Exército do restante da Nação, mas que os oficiais mantiveram uma nobre postura, na expectativa de que o embate dos arranjos pífidos fosse vencido.

Como apelo, os autores perguntaram o que fariam eles na hipótese cabível de uma complicação internacional? Confusos e humilhados, pediriam ao estrangeiro que viesse defender a honra e os lares brasileiros? No texto, os autores não se referiam à entrada no Brasil na guerra europeia, mas a possível guerra na própria América do Sul, especialmente contra a Argentina.

A edição Nr 48, de 10 de setembro (COSTA; RODRIGUES; REIS, 1917c), foi a

última revista analisada (no AHEx, as edições entre o número 49 e 61 são inexistentes). O Brasil declarou guerra em 26 de outubro de 1918, portanto, os meses mais próximos anteriores à guerra não foram abordados neste trabalho. A edição 62 é datada de 10 de novembro de 1918, não trazendo nenhuma informação acerca da participação do Brasil ou da guerra em si.

O Decreto de 28 de maio de 1919 assinalou a contratação da Missão Militar Francesa, a qual foi ignorada pela revista até os nr 71 e 72, de 10 de agosto e setembro de 1919, respectivamente, quando Klinger, Cavalcanti e Pessoa diziam que era mister que o exército tirasse o máximo de proveito da missão militar estrangeira que vinha para o país, não se referindo, em nenhum momento, que a missão era de origem francesa. Desde o final da guerra, notou-se que diminuíram, no corpo das revistas, os artigos que faziam alusões exacerbadas ao Exército alemão.

Conclusões

A análise do debate doutrinário militar brasileiro presente na Revista *A Defesa Nacional* no ano imediatamente anterior à eclosão da I Guerra Mundial, bem como durante o conflito, foi o objeto deste trabalho.

Em suma, verificou-se que, à luz da publicação supramencionada, o debate, entre 1913 e 1919, mostrou-se majoritariamente simpatizante para com a doutrina militar alemã, a despeito das publicações acerca de outros exércitos, como o francês, o japonês, o norte-americano, entre outros. A razão dessa ocorrência deveu-se ao fato de que os militares que realizaram curso no Império Alemão

entre 1906 e 1910 estavam ocupando a direção do editorial da revista até 1919, bem como procuraram influenciar o restante da oficialidade, por meio de diversos artigos impressos desde 1913.

Ademais, os artigos que referenciavam o Exército francês invariavelmente destacavam os ensinamentos concernentes apenas à doutrina logística francesa, tais como os da área de saúde. Por outro lado, os artigos de referência do Exército alemão abarcavam assuntos diversos, nos quais a supremacia alemã era evidente, tanto no nível tático quanto no estratégico, suplantando, numericamente, os aludidos aos demais países.

Logo, nota-se que a oportunidade de missões no exterior, como fora a dos jovens turcos na Alemanha durante quatro anos, foi o fator determinante para que se pudesse disseminar o debate pró-Alemanha, prioritariamente nos assuntos atinentes às táticas de guerra, tais como a artilharia, a infantaria, a cavalaria e outros.

Por fim, destaca-se que, apesar do grande interesse do oficialato em ler assuntos de revistas e livros franceses, quer pela fluência no idioma, quer pela maior disponibilidade de obras, a aproximação da eclosão da Grande Guerra deixou claro que o interesse em aprimorar o Exército Nacional, de acordo com o modelo alemão, era a única opção viável para o desenvolvimento da defesa nacional, ora determinante para a segurança e paz no contexto da América do Sul. No entanto, os autores da revista não conseguiram atingir, plenamente, o seu intento, pois a França foi contratada para a vindoura Missão Militar, que durou cerca de 20 anos, até o início da Segunda Guerra Mundial. ◉

Referências

- ALBERT, Bill. **South America and the First World War: the impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile**. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1988.
- ALSINA Júnior, João Paulo Soares. O poder militar como instrumento da política externa brasileira contemporânea. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 52, n. 2, p. 173-191, dez. 2009. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292009000200010>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1977.
- CASTRO AYRES, Miguel de. O orçamento da guerra. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 5, p. 138-139, 10 fev. 1914.
- _____. O 7 de setembro de 1922. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 27, p. 83-84, 10 dez. 1915.
- CASTRO E SILVA. O exército para a guerra. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 13, p. 9-12, 10 out. 1914a.
- _____. O fuzil Mauser modelo 1908. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 9, p. 288-291, 10 jun. 1914b.
- CAVALCANTI, Pompeu. A Inglaterra e o serviço militar obrigatório. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 21, p. 273-277, 10 jun. 1915.
- CHÉRADAME, Andrés. **El Plan Pangermanista desenmascarado**. Paris: Garnier Hermanos, 1917.
- COSTA, Maciel da; RODRIGUES, Parga; REIS, Souza. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 43, p. 223-224, 10 abr. 1917a.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 45, p. 281-282, 10 jun. 1917b.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 48, 10 set. 1917c.
- A DEFESA NACIONAL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 8, 10 maio 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 9, 10 jun. 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 1, n. 12, 10 set. 1914.
- _____. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, ano 6, n. 62, 10 nov. 1918.
- KINGLER, Bertholdo; CARVALHO, Estevão Leitão de; REIS, Joaquim de Souza. Exercícios dos reservistas alemães em 1914. **A Defesa Nacional**, ano 1, n. 11, p. 369, 10 ago. 1914a.
- _____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 14, 10 nov. 1914b.

KINGLER, Bertholdo; LIMA E SILVA, E. de; CAVALCANTI, Pompeu. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 23, 10 ago. 1915a.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 24, 10 set. 1915b.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 26, 10 nov. 1915c.

KINGLER, Bertholdo; CAVALCANTI, Pompeu; PESSOA, Pantaleão. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 6, n. 71/72, 10 ago. 1919.

KINGLER, Bertholdo; REIS, Joaquim de Souza; CIDADE, Francisco de Paula. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 2, n. 15, 10 dez. 1914.

PIRES, Livia Claro. A liga brasileira pelos aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ANPUH, 2011.

REIS, Joaquim Souza. O Exército alemão: os elementos de sua força. **A Defesa Nacional**. ano 1, n. 5, p. 155-160, 10 fev. 1914.

RODRIGUES, Parga. Para quem apelar? **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 32, p. 255-256, 10 maio 1916.

SANTOS, Amilcar Salgado dos. **Brasil - Alemanha**. São Paulo: [s.n.], 1931.

TABORDA, Brazilio; COSTA, Maciel da; FIGUEIREDO, Euclides. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 3, n. 31, 10 abr. 1916.

_____. Editorial. **A Defesa Nacional**, ano 4, n. 37, 10 out. 1916.

¹ Trechos transcritos da série de artigos publicados pelo senador Gabriel Salgado dos Santos referentes diretamente aos alemães.

² Esses oficiais eram chamados pelos seus adversários desta maneira, em referência aos oficiais turcos enviados pelo estadista Mustafa Kemal, que também estagiaram na Alemanha e eram positivistas.